

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

(Do Dep. Evair Vieira de Melo)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo propondo a extensão dos benefícios de autorização a renegociação previstos na Resolução BACEN nº 4.565, de 27 de abril de 2017, a todos os Municípios do Estado do Espírito Santo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 113, inciso I e § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, propondo a inclusão de todos os Municípios do Estado do Espírito Santo na área abrangida pela Resolução BACEN nº 4.565, de 27 de abril de 2017, que “Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e de investimento contratadas por produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência de seca ou estiagem em municípios do estado de Minas Gerais compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).”

Sala das Comissões, de abril de 2017.

DEP. EVAIR VIEIRA DE MELO
PV/ES

INDICAÇÃO Nº _____, DE 2017

**(Da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e
Desenvolvimento Rural)**

Sugere a extensão dos benefícios de autorização a renegociação previstos na Resolução BACEN nº 4.565, de 27 de abril de 2017, que “Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e de investimento contratadas por produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência de seca ou estiagem em municípios do estado de Minas Gerais compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)”, a todos os Municípios do Estado do Espírito Santo.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil,

Ao longo dos últimos anos, o Estado do Espírito Santo tem vivido momentos traumáticos, decorrentes das piores secas dos últimos 40 anos naquela região.

Dentre as consequências da falta de chuvas, algumas das mais difíceis de ser desviadas são aquelas ligadas à agricultura e a pecuária. Cabendo lembrar que a atividade rural no Espírito Santo é, via de regra, praticada por pequenos agricultores, inseridos na condição de produtores familiares e que possuem poucos recursos para a manutenção da qualidade de vida própria e de seus familiares nos momentos em que a produção é perdida por razões climáticas.

A escassez de água provoca grandes prejuízos aos agricultores que passam por sérias dificuldades para garantir sua sobrevivência. O

problema é tão sério que, no ano passado, trinta e nove municípios decretaram situação de emergência devido à estiagem que atinge o estado, somando-se a este número mais três que tiveram sua situação de emergência reconhecida pelo Governo Federal, totalizando quarenta e dois municípios, dos quais, vinte e quatro compõe a área de atuação da SUDENE. A seca provoca prejuízos para a agricultura, a pecuária, que em alguns casos apresentam uma perda de 50% tanto na agricultura quanto na pecuária além de reduzir a capacidade de abastecimento à população.

Deste entendimento advém que a autorização da renegociação de operações de crédito rural de custeio e de investimento atuariam como um grande alívio para os pequenos produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência de seca, visto que grande parcela dos prejuízos destes agricultores haveria de ser paga caso as condições climáticas fossem mais favoráveis ao plantio e cultivo conforme haviam sido previstas no momento da contratação das linhas de crédito.

Sala das Comissões,

de abril de 2017.

DEPUTADO SÉRGIO SOUZA
Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e
Desenvolvimento Rural